



ABIFISA nº 027/2022

Curitiba, 23 de novembro de 2022.

Ao

Grupo Técnico de Saúde do Gabinete de Transição Governamental com o CEIS

Ref. Pleitos ABIFISA Complexo Econômico-Industrial da Saúde

Prezados Senhores,

A ABIFISA, Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde, com 22 anos de atuação nessas áreas, vem solicitar apoio do governo federal para as pautas apresentadas neste documento.

Como amplamente discutido em todos os eventos da área da saúde, o aproveitamento da Biodiversidade nacional para a produção de insumos farmacêuticos é de extrema importância para o Brasil. O potencial de desenvolvimento do país é nítido, temos a maior biodiversidade do planeta, um respeitável parque fabril, uma das agências reguladoras mais respeitadas do planeta, um sistema de saúde que é exemplo no mundo, uma grande expertise na produção agrícola, excelentes universidades públicas bem como excelentes profissionais na EMBRAPA e demais instituições de pesquisa.

O mercado de medicamentos botânicos e derivados de plantas está em franco desenvolvimento no mundo, com um crescimento de US\$ 29,4 bilhões em 2017 para US\$ 151,91 bilhões em 2021 e pode representar uma oportunidade de desenvolvimento para o setor farmacêutico no Brasil. Enquanto a pandemia global de COVID-19 teve impactos negativos em diversos setores farmacêuticos como a pesquisa, desenvolvimento e fabricação, houve um efeito inverso no mercado de fitoterápicos, resultando em uma demanda maior do que o previsto em todas as regiões em comparação com os níveis pré-pandemia, apresentando um crescimento global de 8,4% em 2020 se comparado a 2019 (FORTUNE BUSINESS INSIGHTS, 2022).

Os medicamentos fitoterápicos são extremamente importantes em muitos países desenvolvidos como Alemanha, Reino Unido, França, Japão, Canadá e Estados Unidos. Destacamos a Alemanha, cujo percentual de medicamentos fitoterápicos no setor farmacêutico está acima de 25%, enquanto no Brasil, este percentual é de apenas 2%, aproximadamente (IQVIA, 2022). Além disso, a produção de insumos farmacêuticos no Brasil é pequena e dependente de importação (ABIQUIFI, 2020). A ampliação do desenvolvimento da cadeia de medicamentos fitoterápicos, poderia reduzir a dependência destas importações e, conseqüentemente, melhorar a nossa balança comercial em insumos farmacêuticos, uma vez que estes medicamentos poderão ser distribuídos para a nossa população e o excedente poderá ser exportado, gerando ainda mais riqueza para o Brasil.

O SUS é um grande impulsionador do complexo industrial da saúde e necessita incluir mais intensamente a tecnologia e os produtos gerados a partir das nossas plantas medicinais, principalmente dos medicamentos fitoterápicos que possuem o mesmo nível de qualidade, eficácia e segurança dos medicamentos sintéticos.

A distribuição de novos medicamentos pela rede pública de abastecimento poderá gerar conhecimento dos prescritores e interesse da população, tendo como consequência também a migração para o mercado farmacêutico privado, ampliando ainda mais a cadeia de medicamentos fitoterápicos. O efeito de ampliação poderá ser sentido em toda a cadeia produtiva (agricultores familiares, indústria farmacêutica nacional, serviços de análise e demais serviços), visto que a cadeia produtiva de fitoterápicos tem um grande potencial de crescimento e impacto econômico.

A maior parte da população brasileira faz uso da fitoterapia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012) e apesar da criação e implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a sua prática ainda não atende a demanda do país, que necessita de ampliação de oferta pelo SUS (LIMA, 2018). De acordo com a literatura, para os profissionais e gestores, a principal dificuldade de implantação da fitoterapia na atenção à saúde é a falta de capacitação de profissionais da atenção básica (LIMA, 2018). O que pode explicar a baixa aderência observada na prescrição desses tratamentos por profissionais da saúde, alegando não serem tão eficazes quanto os medicamentos sintéticos (LIMA, 2018). Se cruzarmos dados dos profissionais capacitados no SUS (FIOCRUZ, 2020) com o número de médicos que atuam no serviço público (DEMOGRÁFICA MÉDICA NO BRASIL, 2015), verifica-se que apenas 1% dos médicos no nosso sistema de saúde apresentam algum tipo de capacitação no uso de fitoterápicos. Além disso, um estudo recente (MEDEIROS, 2021) mostrou que a oferta de matérias optativas em cursos de odontologia nas universidades do nordeste do Brasil mostrou que existe pouca oferta de matérias de fitoterapia nas universidades. Soma-se a isso o fato de que a utilização dos recursos do governo destinados à fitoterapia se dá por demanda espontânea dos gestores locais. Dessa forma, verifica-se que existem vários fatores que dificultam o acesso da população a esse tipo de tratamento na atenção básica.

Quanto à produção de insumos vegetais é importante esclarecer que muitas plantas medicinais são cultivadas como culturas sazonais e de curta duração que ocupam pequenas áreas para cultivo, ou seja, sem ações de depredação da flora nacional, nem desmatamento. Portanto, com grande potencial de desenvolvimento sustentável e impacto para a agricultura familiar.

Dentro desse contexto, os estudos dos recursos naturais para aplicação em medicamentos têm sido realizados em muitos centros de pesquisa, mas infelizmente os produtos acabados, não são concluídos por uma série de fatores, entre eles destacamos:

- Custos de realização dos testes de segurança e toxicologia e ensaios clínicos para medicamentos novos.
- Demandas reprimidas em função da falta de prescrição, uma vez que os prescritores não estão devidamente informados sobre os benefícios e a credibilidade dos medicamentos fitoterápicos.
- Falta de integração entre o Ministério da Saúde, Conass e Conasems para efetivamente fazer chegar as informações técnicas aos médicos e demais prescritores e os medicamentos para a população usuária do sistema público.

- Falta de incentivos para despertar o interesse na produção agrícola de plantas medicinais para produção de medicamentos fitoterápicos.

- Falta de uma política de estado para aquisição e distribuição de medicamentos fitoterápicos para todas as unidades da federação no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Ademais, existe a questão da alta carga tributária que os medicamentos de forma geral possuem no Brasil e representa um elemento limitador, tornando os medicamentos muito caros.

Com base nesses dados temos as seguintes propostas:

1. Participação do Estado na compra de medicamentos fitoterápicos para distribuição à população, com um percentual sobre os alopáticos sintéticos.
2. Implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
 - a. Metas para inserção de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde.
 - b. Estímulo à P&D, para cadeias produtivas que fazem uso da biodiversidade nacional e que possuem expertise para produção de fitoterápicos.
 - c. Consolidação e fomento aos Arranjos Produtivos Locais para abastecimento da cadeia de fitoterápicos.
 - d. Ampliar e estimular a qualificação dos prescritores através da promoção de cursos, eventos e desenvolvimento de materiais em parceria com o Ministério da Saúde.
 - e. Ampliação da lista de fitoterápicos no SUS.
3. Estímulo as pesquisas de novas espécies medicinais, especialmente as da biodiversidade brasileira, para a obtenção de novos medicamentos fitoterápicos com subsídios pelo Estado.
4. Prioridade para o desenvolvimento de medicamentos inovadores a partir da biodiversidade nacional.
5. Inclusão da matéria de fitoterapia como obrigatória em cursos de graduação para profissionais de saúde.
6. Modernização de laboratórios acadêmicos de universidades.
7. Revisão do marco regulatório para regularização dos fitoterápicos. O processo está em andamento, pois já faz parte da agenda regulatória 2021/2023 da Anvisa, porém em função de muitos aspectos não existe ainda uma previsão para consulta pública.
8. Relançar e revisar o programa de farmácia popular:
 - a. Problema atual - pessoas que utilizam o setor privado para realizar consultas e depois obtêm remédios gratuitamente pelo programa farmácia popular.
 - b. Incorporação de medicamentos fitoterápicos.
 - c. Ampliar o número de farmácias no programa farmácia popular, que reduziu muito nos últimos anos.
9. Clara definição das prioridades do governo, por exemplo, ampliar ações para internalização da produção de IFA (insumo farmacêutico ativo).
10. Reafirmar as PDPs (Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo).
 - a. Definir prioridades.

b. Incentivo a IFAs nacionais.

11. Regulação

- a. Ampliação do quadro de servidores da Anvisa.
- b. Indicações de cargo por tecnicidade e não por critérios políticos.
- c. Retomada do papel protagonista do Brasil na saúde.
- d. Recuperar as pautas das agências reguladoras.

A ABIFISA fica à disposição para futuros diálogos e discussões sobre esses temas e para esclarecimento e desenvolvimento das propostas apresentadas.

Agradecemos o convite e a oportunidade de discutir melhorias para o futuro dos fitoterápicos no Brasil.

Atenciosamente,



Gislaine Gutierrez

Presidente do Conselho Diretivo

REFERÊNCIAS

ABIQUIFI. O custo do atraso: Brasil produz apenas 5% dos insumos de medicamentos, 2020. Disponível em: <https://abiquifi.org.br/o-custo-do-atraso-brasil-produz-apenas-5-dos-insumos-de-medicamentos/>.

DEMOGRAFIA MÉDICA NO BRASIL. São Paulo: CRMESP; 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/wp-content/uploads/DemografiaMedica30nov2015.pdf>.

FIOCRUZ. Webinário de 15 Anos da Política nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cSfnFdnWoHs&ab_channel=FiocruzBras%C3%ADlia%28Funda%C3%A7%C3%A3oOswaldoCruz-Bras%C3%ADlia%29.

FORTUNE BUSINESS INSIGHTS. Herbal Medicine Market Size, Share & COVID-19 Impact Analysis, By Application (Pharmaceutical & Nutraceutical, Food & Beverages, and Personal Care & Beauty Products), By Form (Powder, Liquid & Gel, and Tablets & Capsules), and Regional Forecast, 2022-2029, 2022. Disponível em: <https://www.fortunebusinessinsights.com/herbal-medicine-market-106320>.

IQVIA. Mercado Farmacêutico Brasileiro: representatividade dos Fitoterápicos. 2022.

LIMA, R. M.; MARIZ, S. R. Potencialidades e Dificuldades da Implementação da Fitoterapia na Atenção Básica/Primária: Uma Revisão Integrativa. III Conbracis. Anais de congresso, 2018.

MEDEIROS, J.P., ALENCAR, J.A. DE S., TAVARES, A.H. DOS S., CASTRO, D.L. DE S., CIPRIANO, O.B., PENHA, E.S., OLIVEIRA FILHO, A.A., 2021. Análise da oferta da Disciplina de Fitoterapia nos Cursos de odontologia do nordeste brasileiro. Arch. Heal. Investig. 10, 960–964. <https://doi.org/10.21270/archi.v10i6.5032>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Práticas Integrativas e Complementares – Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica (2012). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf.